

HISTÓRIAS CRUZADAS: O GOLPE CIVIL-MILITAR EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹

Resumo: este trabalho tem como objetivo examinar historiograficamente algumas das principais perspectivas de análise do golpe militar de 1964, a partir do exame do caráter historiográfico sobre o regime autoritário brasileiro. Discute-se o momento de surgimento e difusão dos estudos históricos sobre a ditadura militar levando em consideração as diferentes versões dos principais autores.

Palavras – Chave: História; Historiografia; Golpe Militar.

Abstract: This paper aims to examine some of the key perspectives historiographically analysis of the 1964 military coup, from the examination of the character of the historiographical Brazilian authoritarian regime. We discuss the moment of emergence and dissemination of historical studies of the military dictatorship, taking into account the different versions of the principal authors.

Key - Words: History, Historiography, Military Coup.

1. Introdução

O estudo da história do tempo presente no Brasil é algo ainda bastante delicado e suscetível a inúmeras críticas, haja vista que investigar determinados assuntos e traçar qualquer tipo de análise, levando em consideração o aspecto inquietante de lidarmos com problemas do nosso dia a dia, de trabalharmos temas históricos em que diversos atores de grande relevância ainda estão vivos, requer enorme esforço e competência.

Com a ditadura militar no Brasil não é diferente, em especial o Golpe no qual deu início a um regime que durou 21 anos, e marcou de maneira funesta a história do nosso país. Portanto, é de suma importância atentar para o entendimento pleno desse momento de grande relevância para a história contemporânea nacional, levando em consideração a análise dos principais estudos históricos sobre esse tema.

Diferente de outros períodos da história brasileira, a ditadura militar conheceu na ciência política seu pioneiro instrumento de estudo. As dificuldades da época em se trabalhar a

¹ Graduando do 6º Período do curso de História da UEMA.

história do tempo presente, aliada a escassez documental, baseada no pacto de sigilo dos principais atores do processo golpista de 1964, explicam o tardiamento nos estudos históricos sobre a temática. Essa perspectiva começa a se modificar na década de 1960 (coincidentemente é o período mais coercitivo do regime) quando ocorre a reforma universitária e sistematiza-se a profissionalização da pesquisa histórica em terras brasileiras, o que acaba, em alguns anos, proporcionando a difusão de programas de pós-graduação por todo o país.²

Nessa atmosfera de sigilo, de escassez documental estimulada por membros envolvidos no processo, é que os brisilianistas vão ganhar destaque nos estudos sobre a ditadura militar. Historiadores de outras nacionalidades, em sua maioria norte-americana, terão acesso privilegiado a determinados documentos que pesquisadores brasileiros não tiveram na época, dentre esses podemos destacar Thomas Skidmore, que escreveu de *Brasil de Castelo a Tancredo*, obra referencia para compreensão do regime autoritário em sua forma abrangente, na qual é feita uma competente abordagem factual de todo o período cronológico da ditadura militar.

2. Tradição da Historiografia sobre a Ditadura

A inovação da pesquisa histórica republicana, com objetivo de romper com o passado baseada no forte interesse pela trajetória nacional mais recente, tem suas vantagens, mas nem por isso se livrou das amarras do tradicionalismo. Ao analisar algumas das principais obras sobre a ditadura militar, podemos perceber que ainda existe uma tendência que buscar personalizar a história do regime, não é raro identificar na direita (que via no Goulart um demagogo e corrupto) e na esquerda (a qual apontava Jango como um burguês de massa vacilante) a problematização exclusiva do comportamento e da personalidade de João Goulart para explicar o golpe de 1964. Assim, partindo de um panorama tradicionalista, o regime instaurado na década de 1960 “teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo.”³

Além dessas explicações, temos também interpretações voltadas para as grandes estruturas e para a “grande conspiração”. A primeira compreende o golpe enquanto consequência do colapso do Populismo, seus principais representantes são Octávio Ianni, Guilherme O`Donnel e Fernando Henrique Cardoso. Eles defendiam, respectivamente: que o golpe resultou da crise do modelo agroexportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista em aliança com as

² FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 21.

³ FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lícia (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 346.

empresas estrangeiras; a aproximação entre industrialização e autoritarismo; e a necessidade de regimes autoritários para gerir esse processo de acumulação de capital. Como afirmam Luís Carlos Prado e Fábio Sá Earp:

A tese estruturalista explicava o crescimento industrial por substituição de importações como resposta a uma situação de desequilíbrio externo duradouro. Isto é, com a grande depressão da década de 1930, a queda do valor das exportações brasileiras reduziu a capacidade de importar do país.⁴

A segunda, referente às grandes conspirações tem um importante enfoque nos arranjos feitos pelos grupos sociais conservadores brasileiros, com influência externa norte – americana, que para muitos, teria sido o fator primordial para a eclosão do processo golpista em 1964. No entanto esse tipo de interpretação cai no erro de desconsiderar o papel dos grupos sociais que atuaram de formas litigiosas dentro do país, tendo como resultado o deslocamento externo do protagonismo da história do Brasil.

Além do mais, podemos notar outras versões interpretativas do processo golpista de 1964, existem aqueles que atribuem um caráter estritamente militar para a tomada de poder após o fim do governo Goulart. Entretanto, há aqueles que discordam dessa análise e atribui um forte caráter civil pela responsabilidade no processo de desgaste da presidência de Jango e da instauração do regime militar. Acreditamos, portanto, ser de total necessidade, trazer luz a alguns desses estudos, e/ ou visões do golpe militar de 1964.

3. Ditadura Militar

A interpretação que atribui caráter sumariamente militar ao golpe de 1964, dando ênfase ao papel dos militares no processo de tomada de poder, apontando a preponderância dos militares na montagem do novo governo. Carlos Fico é grande defensor da ideia de que o houve na verdade foi um golpe verdadeiramente militar, ele identifica a importância civil no processo de destituição de Goulart, mas credita aos militares os méritos pela formulação do novo aparato de governo sustentando pelo fechamento de partidos políticos, enfraquecimento exacerbado do Congresso nacional, do arrocho salarial e das praticas de repressão em todos os níveis.

⁴ PRADO, Luís Carlos; SÁ EAR, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 210.

Ele afirma em sua obra *Além do Golpe* que “as crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez envolveria os militares na história política brasileira.”⁵

Partindo de análises marxistas, temos ainda dois importantes historiadores: Jacob Gorender, que escreveu *Combate nas Trevas* e Carlos Werneck Sodré que escreveu *História Militar do Brasil*. Ambos continuam defendendo o cunho militar para o golpe, segundo Gorender “a consciência de classe de crescentes contingentes de trabalhadores cada vez menos compatível com a expressão populista”⁶, portanto, a industrialização adquire, nessa época, feições nacionalistas, o que começa a causar bastante incomodo nos setores conservadores, que estavam bastante receosos da influência comunista dentro do Brasil. A partir do objetivo de estudar a esquerda e a luta armada no contexto ditatorial, Gorender afirma que essa efervescência trabalhista se produziu, aos olhos da direita, numa ameaça a classe dominante e ao imperialismo.

Para Werneck Sodré, a atuação das forças armadas jamais pode ser interpretada isoladamente, desvinculada das outras esferas da sociedade. Ao corroborar com o discurso que defende o cunho militar ao golpe de 64, Sodré afirma:

O golpe de 1964, militar na sua exteriorização – correspondendo a inegável alteração na correlação de forças, e com apoio, portanto, de variadas, numerosas e poderosas componentes -, foi político na sua essência, e atendeu a maioria esmagadora de seus participantes e de muitos dos seus destacados chefes. (SODRÉ, 2010, p. 473).

Alfred Stepan também parte do pressuposto que o papel dos militares foi primordial no golpe de 1964, o destaque de sua análise se trata da quebra da singularidade, ou seja, em diversos momentos da história do Brasil, os militares assumiam o poder para resgatar a ordem e depois voltam para o quartel, em 64 foi diferente, ocorreu o rompimento dessa postura. A singularidade estava na quebra desse padrão moderador. Em 1964 os militares se sentiam profundamente ameaçados pela ineficiência das instituições civis.

4. Ditadura Civil – Militar

Fugindo um pouco dessa tendência bastante valorativa do papel dos militares no golpe de 1964, temos aqueles que defendem uma forte participação civil no golpe autoritário, levando em consideração a ideia de que se a ditadura militar não tivesse uma ampla aceitação das bases sociais internas do Brasil, a “Revolução” não teria obtido tanto sucesso.

⁵ FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 38.

⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 16.

Seguindo essa perspectiva temos René Dreifuss e sua obra *1964: a conquista do Estado*, onde ele trabalha o complexo Ipes/ Ibad como explicação para o processo de derrocada do governo Goulart, e de a instauração do regime civil – militar. O perfeito trabalho empírico, mostrando claramente as pessoas que trabalhavam nessas agências e que também iriam fazer parte da ossatura material do Estado no governo Militar. Para Dreifuss “o Ipes foi capaz de terminar sua campanha complexa e cuidadosamente elaborada para depor Goulart com a ocupação vitoriosa de posição – chave da política e da administração, realizando uma profunda mudança no regime.”⁷

Com isso, pode ser comprovado que os ativistas desse complexo acabaram por capitanear o processo de formulação de diretrizes, além de constituírem os papéis centrais nas decisões a serem tomadas, já que esses colaboradores moldaram o sistema financeiro e assumiram as principais pastas governos e órgão públicos administrativos.

Outro historiador que trabalha com essa perspectiva de golpe civil – militar é o brasilinista, de nacionalidade norte – americana, Thomas Skidmore, em sua obra *Brasil de Castelo a Tancredo* fica bastante clara essa opinião que “os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era frustrar o plano comunista. O segundo estabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais.”⁸

Para o historiador e pesquisador Jorge Ferreira, que também defende a hipótese de uma ditadura civil – militar, fica bastante perceptível à atuação de diferentes segmentos sociais, além é claro dos militares. Com isso Ferreira trabalha a questão incógnita que se deu logo após o golpe, que tanto para as esquerdas, a direita civil e para os próprios militares, a instauração do regime teve traços de indefinição quanto ao futuro, além de salientar as divergências existentes entre os grupos envolvidos no processo golpista, como pode ser percebido:

O conflito político entre os grupos antagônicos se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada de poder e imposição de projetos. Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupação de respeitar as instituições democráticas.⁹

⁷ DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1987, p. 455.

⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 45.

⁹ FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.400.

5. Considerações Finais

Para finalizar, podemos compreender que os estudos históricos sobre o período da ditadura militar no Brasil atendem as inúmeras exigências e indagações provenientes da abordagem referente à história do tempo presente. Portanto, é bastante louvável analisar a produção historiográfica sobre período, enfatizando suas nuances, diferenças e peculiaridades que, livres das amarras do tradicionalismo, dos preconceitos ideológicos, poderão trazer ainda muitos frutos para a história contemporânea de nosso país.

Atualmente o acesso a fontes documentais que, durante o período da ditadura e os primeiros anos da Nova república, estavam em sigilo e impossibilitadas de serem trabalhadas por pesquisadores brasileiros, poderá trazer importantes frutos não só para a história nacional, como também para a evolução da pesquisa histórica na academia. As vantagens advindas das novas pesquisas sobre a ditadura militar elucidarão dúvidas quanto às especificidades do processo e heterogeneidade dos setores partícipes deste.

A partir desse novo olhar sobre documentos ainda não investigados e explorados, importantes abordagens históricas a serem reveladas trarão novos olhares e debates tanto no âmbito da academia quanto da sociedade. Democratizar os acervos da polícia política, e esmiuçá-los em todas as suas perspectivas, identificado os erros de um período tão nefasto da história contemporânea brasileira, servirão de exemplo para que as falhas do passado não mais se repitam e jamais se esqueçam.

Referencias

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

PRADO, Luís Carlos; SÁ EAR, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.